

LICITAÇÃO Nº. 303/2022
PROTOCOLO: 11811/2022
MODALIDADE: Convite para Compras
FORMA DE JULGAMENTO: menor preço por item

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COM
BASE NA LEI Nº 123/2006 (ART. 47 E 48) E LEI MUNICIPAL Nº 4.721/2014 (ART. 44)**

O PREFEITO DE TORRES, Sr. Carlos Alberto Matos de Souza, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, por solicitação da Secretaria Municipal do Município de Torres, torna público para o conhecimento dos interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, a participarem do processo licitatório para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MÓVEIS PARA COZINHA)**, que devem apresentar a documentação e proposta, devidamente envelopados, até às **14h00min do dia 19/08/2022** ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. A Abertura dos envelopes será às **14h00min** do mesmo dia na sala de abertura de licitações da Prefeitura Municipal de Torres, situada na Rua José Antônio Picoral, 79, 2º andar, Centro, e será procedida pela Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 726/2021. O certame será regido pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pelas leis nº 8.883, de 08 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, bem como pela Lei Complementar 123/2006 e Lei Municipal 4.721/2014. O tipo de licitação será o de menor preço por item, consoantes condições estatuídas neste convite para compras e seus anexos.

AVISO IMPORTANTE: COVID-19

O MUNICÍPIO DE TORRES comunica que está tomando todas as ações necessárias de prevenção e combate ao Covid-19, o novo corona vírus. Desta forma salientamos alguns pontos, quanto à abertura dos certames:

Aos licitantes que optarem por enviar os envelopes por correios/transportadoras, informamos que estamos recebendo normalmente as correspondências, em turno integral das 08hs às 11hs e 30 min e das 13hs às 18hs.

Solicitamos, aos licitantes que possuem interesse em participar presencialmente da abertura do certame, ingresse a sala de reuniões com as recomendações estabelecidas pelo ministério da Saúde, obtidas através do site (<https://coronavirus.saude.gov.br/>)

Será permitida a presença de apenas 01 (um) representante por empresa na sala de licitações.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE(MÓVEIS PARA COZINHA)** para **Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**.

1.2. A **entrega** dos itens procederá de acordo com o anexo I do edital.

2. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Diretoria de Compras e Licitações, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE TORRES
RUA JOSÉ ANTÔNIO PICORAL, 79
SETOR DE LICITAÇÕES – 2º ANDAR
EDITAL DE CONVITE Nº 303/2022
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE - FONE/E-MAIL

AO MUNICÍPIO DE TORRES
RUA JOSÉ ANTÔNIO PICORAL, 79
SETOR DE LICITAÇÕES – 2º ANDAR
EDITAL DE CONVITE Nº 303/2022
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE

2.1. PARA A HABILITAÇÃO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº 01:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos **Federais** e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da lei 8.212, de 24 de julho de 1991.
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.
- d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (**CNPJ**) no caso de pessoas jurídicas.
- f) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas as suas alterações**, se houver, ou alteração de contrato **consolidado** devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, ou **Registro Comercial** no caso de empresa individual.
- g) Certidão **Negativa de Débitos Trabalhistas**, disponível no site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- h) **Declaração** firmada pelo representante da empresa, sob as penalidades da lei para comprovação de que a licitante é beneficiária da **LC nº 123 (ME, EPP ou MEI)**. **A ausência dessa declaração implicará na INABILITAÇÃO da empresa;** (ANEXO IV)
- i) Certidão **Negativa em Materia Falimentar**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida via internet dentro do prazo de validade informado no corpo da certidão que comprove regularidade perante a comarca da **sede da licitante**;
- j) **Declaração que a empresa licitante não viola as regras do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal** (Anexo III);

2.1.1. Documentação complementar DENTRO DO ENVELOPE 01 (DOCUMENTAÇÃO).

- **Cópia autenticada do RG/CPF** ou CNH do representante da empresa.
- **Declaração** de idoneidade e do **artigo 9º** da lei federal 8.666/93. (Anexo VI).

2.2. Os documentos constantes dos itens 2.1. deverão ser apresentados em original ou por **cópia autenticada** por cartório competente ou por servidor da Administração mediante apresentação dos originais e suas cópias. Sendo que os documentos do item 2.1. letras b, c, d, e, f, g, i, poderão ainda serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a comprovação de sua veracidade pela Administração. Os documentos que não apresentarem data de vencimento serão considerados 90 (noventa) dias a partir da data de emissão

2.2.1. Caso a licitante pretenda participar desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz, filial), deverá apresentar, desde logo os documentos de regularidade em nome deste estabelecimento (ou ainda aquelas certidões da Matriz que expresse abrangência as filiais).

2.2.2. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/06, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no item 2.1. do Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista.

2.2.3. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de 05 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.2.4. Os documentos solicitados no item 2.1. estarão sujeitos a comprovação de veracidade, sendo o licitante o responsável por todos os documentos apresentados. Caso o licitante deixe de entregar qualquer dos documentos exigidos neste edital ou apresente documentação falsa, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa, poderá ser desclassificado do certame, sem prejuízo dos demais atos administrativos e judiciais para apuração dos fatos.

2.2.5. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

2.2.6. Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope 01, **preferencialmente** dispostos ordenadamente e rubricados pelo Licitante.

2

2.3. DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

2.3.1. O representante da licitante será o único admitido a intervir nas fases da licitação.

2.3.2. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos que serão entregues em original ou por cópia autenticada, no seu prazo de validade e na abrangência do seu objeto, acompanhados de cédula de identidade ou outro documento de identificação de fé pública do representante:

- a) instrumento público de procuração assinado pelo representante legal, com firma reconhecida;
- b) documento de constituição da sociedade, quando se tratar de representante legal, que comprove essa qualidade.

3. DA PROPOSTA

3.1. A proposta deverá ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, não podendo conter ressalvas ou rasuras, em envelope "PROPOSTA – CONVITE N.º 303/2022", e suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o número do CNPJ e da Inscrição Estadual;
- b) o licitante deverá indicar o valor unitário e total de cada item, devendo os preços serem apresentados com apenas 02 (duas) casas após a vírgula, bem como a **MARCA** do produto;
- c) nº da conta bancária pessoa jurídica, em nome da contratada;

3.2. Os envelopes de documentação e proposta deste convite que não forem abertos serão devolvidos após a adjudicação do (s) vencedor (es). Os envelopes que não forem retirados ficarão em poder da Diretoria de Compras e Licitações, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias. Depois de transcorrido esses períodos serão inutilizados.

3.3. Em caso de empate das propostas apresentadas será observado o disposto no art. 3º, §2º, da Lei 8666/93 e, permanecendo a situação de empate, será realizado sorteio público, nos termos do art. 45, § 2º, da mesma Lei.

4. DO JULGAMENTO

4.1. Esta licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela comissão julgadora, levando em consideração o **menor preço por item** para a aquisição dos itens licitados.

4.2. Esta licitação será processada e julgada com observância no previsto nos artigos 43, 44 e 45 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93;

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

5.1 serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimado ou inexecutáveis;

5.2 não serão aceitas empresas em regime de consórcio;

5.3 serão desclassificadas as empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação.

6. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109, § 6 da Lei nº 8.666/93, concedendo 02 (dois) dias úteis para recurso.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Poderá impugnar o edital, qualquer cidadão licitante ou não, de acordo com o art. 41 da Lei 8.666/93, em sua redação atual.

- 7.2. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
- 7.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 7.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- 7.5. As impugnações ao edital poderão ser feitas por qualquer cidadão em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação; e por licitante até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes da licitação.
- 7.6. A entrega dos envelopes (documentação e proposta), sem que tenha sido tempestuosamente impugnado o presente edital, implica na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8. DOS PRAZOS

- 8.1. Esgotado todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.
- 8.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado junto à Tesouraria Municipal através de transferência bancária conforme Ordem de Serviço nº 03/2013, em conta corrente indicada pela contratada, a qual deverá ser **obrigatoriamente** uma conta jurídica vinculada ao CNPJ da empresa contratada, à vista do documento fiscal apresentado, devendo este estar devidamente atestado pelo setor e servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. A liquidação e efetivo pagamento serão feitos em até trinta (30) dias, contados da entrega da nota fiscal junto a Secretaria Municipal de Fazenda, **exceto** por motivo devidamente justificado pela Administração. Os pagamentos obedecerão à ordem cronológica, conforme disposto no Decreto Municipal 214/2015. Caso o dia do pagamento seja feriado ou sem expediente na Prefeitura de Torres, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.
- 9.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato, do n.º do empenho e o do n.º da conta bancária a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do item e posterior liberação do documento fiscal para pagamento. Conforme o caso deverá ser apresentado à declaração de Optante pelo Simples, informando o respectivo enquadramento, assinado pelo Contador/Técnico Contábil e pelo responsável pela empresa, a cada Nota Fiscal e/ou Fatura emitida, bem como demais documentos que tratem da dispensa de retenção de Impostos e Encargos Sociais, nos termos da Ordem de Serviço nº 07/2014, devendo a CONTRATADA estar com todas as obrigações trabalhistas, como INSS e FGTS em dia.
- 9.3. O Município disporá de um prazo de até 3 (três) dias úteis para ultimar o devido atesto. Documentos de cobrança, rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento, serão formalmente enviados ao contratado no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data da sua apresentação.
- 9.4. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Em caso de rejeição da Nota Fiscal e/ou Fatura, motivada por erro ou incorreção, o prazo de até **30 (trinta) dias** passará a ser contado a partir da data de reapresentação.
- 9.5. O Município não fará nenhum pagamento a Contratada, enquanto pendente a liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.6. Na hipótese de haver atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias, será aplicado o índice de correção monetária, IPCA, nos termos do inciso XIV, “c”, do art. 40 da lei 8.666/93.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10 As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

| PROJETO/ATIVIDADE | ELEMENTO |
|-------------------|----------|
| 2.035 | 44905242 |

11. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DO EDITAL E DO CONTRATO

11.1. Ressalvadas as hipóteses de ocorrências de causas justificadoras da inexecução dos compromissos assumidos nesta licitação, que deverão ser devidamente comprovadas, a licitante estará sujeita às seguintes penalidades, conforme a gravidade da conduta e de sua consequência:

- a) multa de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso, do valor total do contrato limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução parcial do contrato;
- b) multa, **a partir do 6º dia**, de **1%** (um por cento) por dia de atraso, do valor total do contrato limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução total de contrato;
- c) multa, de **10%** (dez por cento) do valor total do contrato no caso de inexecução total do contrato;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até **02 (dois) anos**.

Obs.: As penas previstas nas letras “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.2. - Aplicadas as multas, o Município descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição;

11.3. - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

11.4. - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração;

11.5. - Da aplicação das penas definidas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local;

11.6. - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido à Autoridade Superior, a qual decidirá o recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.7. - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12. Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

É de responsabilidade do contratante:

- a) Designar gestor para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- b) Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

É de responsabilidade da contratada:

- a) A contratada será responsável por quaisquer ônus decorrentes da execução do objeto do presente contrato.
- b) A contratada ficará obrigada a efetuar o reparo, no todo ou em parte, de todos os materiais defeituosos caso forem detectados quaisquer problemas de composição resultantes da execução ou de materiais utilizados.
- c) A entrega do material será por conta da contratada, devendo ser entregue no local solicitado.
- d) A contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.
- e) A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e por todas as demais despesas da execução do presente contrato.
- f) A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no qual fica fazendo parte integrante deste instrumento os termos do Edital do Convite nº **303/2022**, independente de sua transcrição.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.
- 15.2. Em nenhuma hipótese será concedido prorrogação do prazo para a apresentação da documentação e propostas ou quaisquer outros documentos.
- 15.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.
- 15.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.
- Observação: Não serão lançadas em ata considerações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (artigo 109, inciso I, a e b, da Lei nº 8.666/93).
- 15.5. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 e 79 da Lei 8.666/93.
- 15.6. O licitante contratado fica responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, determinado pelo artigo 71 e seus incisos da Lei 8.666/93.
- 15.7. A simples participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 15.8. Fica a empresa contratada ciente que lhe é exigida a manutenção do contrato durante todo o tempo de sua execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste processo licitatório.
- 15.8. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

- **ANEXO I – OBJETO DA LICITAÇÃO;**
- **ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;**
- **ANEXO III – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CF;**
- **ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ME**

- **ANEXO V – MODELO DE RECEBIMENTO DE CONVITE**
- **ANEXO VI – DECLARAÇÃO ART 9º**

15.10. Em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 149/2018, artigo 3º, com fundamento no artigo 28 da Lei Orgânica Municipal, o presente contrato será **publicado** no quadro mural e no site: www.torres.rs.gov.br, na forma de extrato, estando o mesmo publicado em sua íntegra no portal Fly transparência e no portal LICITACON CIDADÃO do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

15.11 As decisões referentes a este processo licitatório; as intimações, atas, respostas aos recursos e as impugnações serão publicadas no site da Prefeitura de Torres, no endereço eletrônico **www.torres.rs.gov.br MENU – LICITAÇÕES – CATEGORIA – ATAS E RESPOSTAS.**

15.12. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (**LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**).

PARA MAIORES INFORMAÇÕES:

Secretaria Municipal de Fazenda na Diretoria de Compras e Licitações, fone (51) 3626-9150 ramal 217, no horário e das 13hs às 18hs, **de segundas-feiras a sextas-feiras, conforme estabelece o Decreto Municipal** e através do endereço eletrônico **gerlicitacao@torres.rs.gov.br**

Torres, 10 de agosto de 2022.

Maria Clarice Brovedan
Secretária Municipal da Fazenda
Portaria 657/2022

7

**ANEXO I
CONVITE 303/2022**
**PROPOSTA COMERCIAL, DESCRIÇÃO DO ITEM E ESTIMATIVAS DE PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO
ACEITÁVEL.**

 Razão Social: _____
 CNPJ: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ CEP: _____ UF _____
 Telefone: _____ e-mail: _____
 Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

Local, data.

RELAÇÃO DE ITENS – MENOR PREÇO POR ITEM - INDICAR MARCA

| ITEM | QUANT | UNI | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-------|-----|---|-------|----------------|--------------|
| 01 | 02 | Uni | Balcão de pia 1200mm com duas gavetas em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 540x1200x520mm (AxLxP) | | R\$ 520,00 | R\$ 1.040,00 |
| 02 | 01 | Uni | Balcão em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 860x800x520mm (AxLxP) | | R\$ 350,00 | R\$ 350,00 |
| 03 | 01 | Uni | Balcão de canto com uma porta, direito ou esquerdo, com tampo em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 860x900x520mm (AxLxP) | | R\$ 488,00 | R\$ 488,00 |
| 04 | 01 | Uni | Panelheiro triplo para fornos com 4 portas e 3 gavetas em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 2140x930x520mm (AxLxP) | | R\$ 1.135,00 | R\$ 1.135,00 |
| 05 | 02 | Uni | Balcão com duas portas e uma prateleira, com tampo em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 860x600x520mm (AxLxP) | | R\$ 330,00 | R\$ 660,00 |
| 06 | 02 | Uni | Aéreo com duas portas e uma prateleira em MDP cor nogueira com corrediças telescópicas e pés plásticos medindo 670x600x310mm (AxLxP) | | R\$ 200,00 | R\$ 400,00 |
| 07 | 01 | Uni | Tampo em MDP cor nogueira medindo 15x1200x520mm (AxLxP) | | R\$ 127,00 | R\$ 127,00 |
| 08 | 06 | Uni | Cadeiras de madeira modelo reta na cor branca com assento em corino preto, com reforço lateral | | R\$ 170,00 | R\$ 1.020,00 |
| 09 | 01 | Uni | Estante para livros com quatro prateleiras em MDF branco com rodízio medindo 800x900x350mm (AxLxP) | | R\$ 690,00 | R\$ 690,00 |
| | | | | | TOTAL | |

Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Rua Pedro Cincinato Borges, nº 343, Bairro Centro Torres – RS CEP 95560-000, no prazo máximo de 30(trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.

- Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, que atendam às necessidades da Secretaria solicitante, o mesmo será devolvido para que seja substituído;
- A Administração terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue e informar a vencedora, no caso de objeto entregue em desacordo com as especificações, para sua substituição;
- Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias contados da **Notificação da não aceitação**, para reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias;

O Município de Torres, por intermédio do servidor indicado por sua secretaria através de Portaria tem o poder/dever de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, determinando o que for necessário na regularização de falhas, faltas ou defeitos, contudo, quando as decisões e providências ultrapassarem sua competência deverá solicitar a seu superior a adoção de medidas convenientes, como o caso de rescisão que só poderá ser definida pelo chefe do poder executivo. Compete a este manter registro próprio que comprove a entrega dos materiais, tal qual contratado, para fins de ateste da nota.

NOME DO REPRESENTANTE
CPF Nº
ASSINATURA
LOCAL

ANEXO II

CONTRATO Nº XX/2022 CONVITE Nº 303/2022

CONTRATO DE COMPRA E VENDA, que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE TORRES** e a Empresa **XXXXX**, nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

CONTRATANTE

O Município de Torres, com sede administrativa na Rua Jose Antônio Picoral, 79 - Torres/RS, inscrito no CGC/MF Nº 87.876.801/0001-01, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Carlos Alberto Matos de Souza, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Torres-RS, inscrito no CPF sob n.º424.456.***-**, com competência para assinar Contratos.

CONTRATADA

Empresa xxxxxxx, estabelecida na Rua xxxx, CEP xxx, telefone xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxx, representada neste ato pelo Sr. xxx portador do RG xxxxx, CPF xxxxxx, com poderes para representar a firma nos termos instrumento de mandato, tem entre si justo e avençado, e celebram por força deste instrumento o presente Contrato de conformidade com a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

| Item | Qtd | Un | Especificações | Marca | Valor Unitário RS | Valor Total RS |
|------|-----|----|----------------|-------|-------------------|----------------|
| | | | | | | |

10

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

A entrega do item será às expensas da CONTRATADA, que deve entregar com prazo máximo de 30 dias, no local indicado no ANEXO I, a partir da solicitação da **Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos** mediante apresentação da Nota de Empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O valor do presente contrato é de R\$ xxxxx (xxxx) que será pago conforme efetiva entrega do material, devidamente atestado pela **Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**, com a nota fiscal emitida pela contratada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado junto à Tesouraria Municipal através de transferência bancária conforme Ordem de Serviço nº 03/2013, em conta corrente indicada pela contratada, a qual deverá ser **obrigatoriamente** uma conta jurídica vinculada ao CNPJ da empresa contratada, à vista do documento fiscal apresentado, devendo este estar devidamente atestado pelo setor e servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. A liquidação e efetivo pagamento serão feitos em até trinta (30) dias, contados da entrega da nota fiscal junto a Secretaria Municipal de Fazenda, **exceto** por motivo devidamente justificado pela Administração. Os pagamentos obedecerão à ordem cronológica, conforme disposto no Decreto Municipal 214/2015. Caso o dia do pagamento seja feriado ou sem expediente na Prefeitura de Torres, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

4.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato, do n.º do empenho e o do n.º da conta bancária a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do item e posterior liberação do documento fiscal para pagamento. Conforme o caso deverá ser apresentado a declaração de Optante pelo Simples, informando o respetivo enquadramento, assinado pelo Contador/Técnico Contábil e pelo responsável pela empresa, a cada Nota Fiscal e/ou Fatura emitida, bem como demais documentos que tratem da dispensa de retenção de Impostos e Encargos Sociais, nos termos

da Ordem de Serviço nº 07/2014, devendo a CONTRATADA estar com todas as obrigações trabalhistas, como INSS e FGTS em dia.

O Município disporá de um prazo de até 3 (três) dias úteis para ultimar o devido atesto.

Documentos de cobrança, rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento, serão formalmente enviados ao contratado no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data da sua apresentação.

4.3. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Em caso de rejeição da Nota Fiscal e/ou Fatura, motivada por erro ou incorreção, o prazo de até **30 (trinta) dias** passará a ser contado a partir da data de reapresentação.

4.4. O Município não fará nenhum pagamento a Contratada, enquanto pendente a liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.5. Na hipótese de haver atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias, será aplicado o índice de correção monetária, IPCA, nos termos do inciso XIV, "c", do art. 40 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE DO PREÇO

Os preços contratados serão irreeajustáveis.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, por quaisquer dos motivos previstos nos Artigos 77 e 78, da Lei 8.666/93, sendo que a rescisão também poderá ocorrer de acordo como exposto no Artigo 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente contrato correrão a conta da RUBRICA:

| PROJETO/ATIVIDADE | ELEMENTO |
|-------------------|----------|
| 2.035 | 44905242 |

CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido por servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, procedendo-se à conferência dos e sua conformidade com este contrato. Caso não haja nenhuma impropriedade explícita, será atestado a entrega.

Parágrafo primeiro: Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções execuções fica a CONTRATADA obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1. Ressalvadas as hipóteses de ocorrências de causas justificadoras da inexecução dos compromissos assumidos nesta licitação, que deverão ser devidamente comprovadas, a licitante estará sujeita às seguintes penalidades, conforme a gravidade da conduta e de sua consequência:

a) multa de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso, do valor total do contrato limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução parcial do contrato;

b) multa, **a partir do 6º dia**, de **1%** (um por cento) por dia de atraso, do valor total do contrato limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução total de contrato;

c) multa, de **10%** (dez por cento) do valor total do contrato no caso de inexecução total do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até **02 (dois) anos**.

Obs.: As penas previstas nas letras "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.2. - Aplicadas as multas, o Município descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição;

10.3. - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

10.4. - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração;

10.5. - Da aplicação das penas definidas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local;

10.6. - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido à Autoridade Superior, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.7. - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será a partir de sua assinatura, até xx/xx/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

O Município de Torres, por intermédio do servidor designado por portaria pela **Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos**, tem poder/dever de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, determinando o que for necessário na regularização de falhas, faltas ou defeitos, contudo, quando as decisões e providências ultrapassarem sua competência deverá solicitar a seu superior a adoção de medidas convenientes, como o caso de rescisão que só poderá ser definida pelo chefe do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

É de responsabilidade do contratante:

- a) proceder a fiscalização na entrega do objeto pela CONTRATADA.
- b) efetuar o pagamento de R\$ xxxxxxx (xxxxxxxxxxx), pela entrega do material esportivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

É de responsabilidade da contratada:

- a) A contratada será responsável por quaisquer ônus decorrentes da execução do objeto do presente contrato.
- b) A entrega do material será por conta da contratada, devendo ser entregue no local solicitado.
- c) A contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.
- d) A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e por todas as demais despesas da execução do presente contrato. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no qual fica fazendo parte integrante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 149/2018, artigo 3º, com fundamento no artigo 28 da Lei Orgânica Municipal, o presente contrato será **publicado** no quadro mural e no site: www.torres.rs.gov.br, na forma de extrato, estando o mesmo publicado em sua íntegra no portal Fly transparência e no portal LICITACON CIDADÃO do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Fica eleito o foro da cidade de Torres, RS, para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E por estarem assim justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 5 (cinco) vias de igual e forma e teor.

Torres, xx de xxx de 2022.

CONTRATANTE
Contratado

ANEXO III

Convite nº 303/2022

Declaração Inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993

Declaração de mão-de-obra de menores (Nome da Empresa), CNPJ nº _____
sediada à (Endereço Completo) DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de
21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não** emprega menor de 18
(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.
Ressalva; emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

13

_____, __ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal do declarante

ANEXO IV
DECLARAÇÃO ME / EPP / MEI

A empresa _____, inscrita no CNPJ N° _____, por intermédio de seu representante o (a) Sr.(a) _____, portador do RG n° _____ e CPF n° _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, **ser (MICROEMPRESA / MEI / EMPRESA DE PEQUENO PORTE)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da lei complementar 123/06.

Local e data.

14

.....
Assinatura do Representante, N° CPF
CNPJ N.º

ANEXO V

CONVITE Nº 303/2022

Declaração de Recebimento de edital

Recebi o edital de licitação do **Convite nº 303/2022**, a realizar-se às **14h do dia 19/08/2022** na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Torres/RS, na Rua José Antônio Picoral, 79, 2º andar – Centro.

15

Assinatura do responsável
CARIMBO DA EMPRESA

OBS: Os licitantes que retirarem o Edital via *internet* deverão preencher esta folha e encaminhar para gerlicitacao@torres.rs.gov.br

A não remessa deste recibo, exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

INFORMAÇÕES:

gerlicitacao@torres.rs.gov.br

Editais disponíveis pelo site: www.torres.rs.gov.br

ANEXO VI

CONVITE Nº 303/2022

Declaração de idoneidade e do artigo 9º da lei federal 8.666/93

A empresa _____, por meio de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____
(cargo que ocupa na empresa) _____ DECLARA, para fins de direito e sob as penas da lei, na
qualidade de LICITANTE do certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Torres/RS, Processo nº
11811/2022, na modalidade **CONVITE Nº 303/2022**, que:

- a) não pesam contra si os efeitos das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87;**
- b) não se enquadra nas proibições previstas nos incisos I, II, III, do art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93.**

_____, __ de _____ de 2022.

(Assinatura, nome cargo e identificação)